

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURA DE PAZ: PENSANDO NOS PARQUES E ZOOLOGICOS COMO LOCAIS DE DIÁLOGO

Pricila Cristina Marques Aragão

Luiz Botelho Albuquerque

Introdução

Esse artigo se propõe a estabelecer uma ponte entre os parques e zoológicos e a educação ambiental e cultura de paz, tentando refletir sobre aspectos que direcionam nossa prática e que podem melhorar nossa relação, como cidadãos urbanos, com o meio ambiente que nos envolve e do qual fazemos parte.

Os parques e zoológicos emergem na atualidade como locais importantes para se pensar, discutir e desenvolver a temática ambiental. Tais espaços são geralmente apresentados como locais próximos aos centros urbanos, e que são responsáveis pelo resgate da relação harmônica entre a natureza e o ser humano, indiscutivelmente parte dela, mas infelizmente distanciado pelo estilo de vida moderno.

A educação ambiental vem transformar essa relação, trazendo novos significados ao modo como a humanidade percebe e se envolve com as áreas verdes, tendo em vista a necessidade de assimilar a problematização das questões ambientais e incorporar os parâmetros sociais, culturais e históricos ao cotidiano dos centros urbanos, pois este é um espaço caracterizado por contradições e conflitos.

Dialogamos também com a educação para a paz, como uma maneira de valorizar e enriquecer o aspecto afetivo na reconstrução dessa relação homem e ambiente, fortalecendo valores como tolerância, solidariedade, autonomia, autoafirmação e o enfrentamento não violento dos conflitos.

Os Parques e Zoológicos no Contexto Urbano

Os parques urbanos surgiram na Europa em meados do século XVIII e XIX, com o objetivo de amenizar os impactos ambientais provocados pelo crescimento desordenado e acentuado das cidades. Desse modo, os parques foram idealizados como locais para atender a demanda por lazer e amenizar a poluição das cidades. No Brasil, os parques urbanos surgiram no final do século XVIII e início do século XIX. Como a realidade brasileira na época era bem distinta da europeia, os parques surgem com o objetivo de propiciar espaços de lazer adequados para a elite local (LIMA; ROCHA, 2009). Já no início do século XX, aparecem em números muito mais significativos os jardins, praças e parques arborizados, principalmente nas cidades enriquecidas com o café, especialmente no estado de São Paulo (GOMES; SOARES, 2003).

No século XIX e início do século XX, os zoológicos eram concebidos e construídos para expor animais aos olhos do público humano. Nessa concepção antropocêntrica, os animais eram exibidos em celas de cimento e grades de ferro. O objetivo prioritário era o entretenimento das pessoas, através de construções variadas para lazer, em absoluto desprezo pelo bem-estar animal e pela elevação do nível cultural de seus visitantes (ARAGÃO, 2006). No final da década de 1960, muitos filmes sobre história natural foram feitos e mostrados ao mundo. Assim, as gerações se conscientizaram a respeito da vida real nos animais selvagens em seus habitats. Ao mesmo tempo, estudos em etologia faziam progressos e novos trabalhos acerca da vida selvagem eram fielmente elaborados (MORRIS, 1990).

Com o passar dos anos, a melhoria das instalações e a evolução da consciência ambiental do público e das institui-



ções permitiram a criação de programas de preservação de espécies ameaçadas e o desenvolvimento de programas educativos (MORRIS, 1990). Para Conway (1995), esse processo de evolução dos zoológicos se deve ao fato desses locais enfrentarem paradoxos éticos com relação à sua natureza e ao modo como eles tratam os animais selvagens. Porém, esses espaços estariam destinados a se tornarem centros importantes para a conservação, pesquisa e educação.

Para Almeida *et al* (2004), espaços naturais como praças, parques e jardins públicos e zoológicos, inserem-se no ambiente urbano com o objetivo de auxiliar na manutenção do clima local, ajudar na preservação de espécies e serem propícios ao desenvolvimento de projetos de educação ambiental, além de possuírem um inestimável valor cultural, paisagístico e sócio-histórico.

Os parques e zoológicos atuam como fatores de aproximação entre os sujeitos urbanos e o meio ambiente (FURTADO; BRANCO, 2003; MORRIS, 1990). Agora, estes locais passam a ser procurados por serem lugares para o lazer agradável e próximo à natureza; uma oportunidade de conhecer animais; e como local para participação de programas de educação ambiental desenvolvidos por estas instituições.

Porém, é preciso explicitar que os parques e zoológicos se inserem em todo um contexto no qual se baseiam suas relações com os visitantes. Aqui estabelecemos seu caráter urbano, onde a cidade é o centro dessas interações. A cidade é historicamente associada à maior parte das civilizações, sendo muitas vezes considerada a sua expressão mais completa. Esse conceito carrega uma multiplicidade de percepções e definições, quase sempre contraditórias e conflitantes entre si. Para Ana Carlos:

Essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história. (CARLOS, 2009, p.57).

Magalhães (1994) comenta que a cidade foi historicamente considerada como sede privilegiada, fundadora de uma civilização, de uma arte de viver. Longe dos campos, ela fascinava pelos seus monumentos, inovações e modernidade. Porém, ao mesmo tempo que trazia a novidade do “ser civilizado”, aliado ao fenômeno da crescente industrialização, essa modernidade da vida urbana também possuía um forte lado negativo, ao distanciar essa civilização do ambiente natural, e transformar essa natureza em recurso, que deveria ser extraído para a manutenção do status moderno.

Pensando nesse conflito existente entre a percepção de que fazemos parte do ambiente e a ideia do meio como simples provedor de recursos, trazemos a seguir algumas reflexões com o objetivo de estimular o debate sobre a forma como nos relacionamos com a natureza e como esse relacionamento vai afetar também a forma como nos vemos como indivíduos e como coletivo.

Sentindo a Educação Ambiental e a Cultura de Paz

A educação ambiental tem sua história amplamente difundida e orientada a partir de marcos históricos oficiais, baseados em reuniões, conferências e relatórios, presentes em uma rica bibliografia (DIAS, 2004; FIGUEIREDO, 2007; GRÜN, 1996; REIGOTA, 2009; SATO, 2004). Nesses estudos, percebemos que a crescente degradação ambiental em âmbito



mundial estimulou debates acerca da qualidade ambiental e do estímulo a uma nova percepção do meio ambiente.

A EA se manifesta de diversas maneiras, através de correntes, concepções, práticas pedagógicas e metodológicas. No trabalho realizado por Sauv  (2005), vemos a tentativa de identificar e definir algumas correntes de EA, sendo o termo “corrente”, usado com uma maneira geral de conceber e praticar a educa o ambiental, por exemplo: corrente naturalista, conservacionista, sist mica, científica, holística, crítica, feminista, etnográfica e corrente da ecoeduca o. Cada corrente não   isolada, sendo comum o seu envolvimento com as demais, por isso a dificuldade de delimitá-las. Porém, longe de ser um entrave, esse envolvimento de correntes promove um enriquecimento da prática da educa o ambiental, que se transforma e renova como uma constru o social ao longo do contexto histórico.

Carvalho (2001) problematizou sobre a imprecisão e a generaliza o de *educa es ambientais*, que não apreendem a grande varia o de inten es, metodologias e compreensões sobre as mudanças ambientais. A autora também demarca duas orienta es da educa o ambiental, a EA comportamental e a EA popular. Na primeira, tem-se a educa o como um meio de divulgar os conhecimentos sobre o meio ambiente, e esses conhecimentos   que vão promover as mudanças de comportamento com rela o ao meio. Na segunda, tem-se a educa o como um ato político, no qual se propõe a transforma o das rela es com o meio através da estimula o de valores democráticos, libertários e solidários.

Essa última orienta o proposta por Carvalho (2001) dialogou com a ideia de Ana Maria Freire (2003), que expõe a necessidade da educa o ambiental ser uma educa o de postura, não somente de conteúdos. Além da necessidade de que

o mundo da natureza seja percebido como gerador e perpetuador da vida, e que “no lugar de estarmos vivendo simplesmente *dela* devemos estar *com ela*.” (FREIRE, 2003.). Pois apesar de Paulo Freire não ter discutido explicitamente sobre a EA, ele traz elementos importantíssimos para a mesma, como a conscientização, dialógica, comunicação e libertação. Pois, segundo Bordas e Matos, (2012):

Assim podemos dizer que toda forma de educação é uma caminhada ascendente num processo de ressignificação, de estações que conduzem aos entendimentos da experiência que a humanidade realiza historicamente. (BORDAS; MATOS, 2012, p.47).

Cabe lembrar também a contribuição de Paulo Freire como o *profeta da Pedagogia da Esperança*, um processo que envolve a coerência da prática educativa como prática política, além da busca contínua pela libertação, através da construção do conflito como um modo de constituição do indivíduo e da coletividade, que busca desconstruir a opressão através da construção do diálogo, da coerência e da liberdade (FREIRE, 2005).

É nesse contexto que Guimarães (2000) defende uma educação ambiental crítica, que tem sua base freireana ao afirmar que a criticidade está atrelada aos interesses das classes populares, os oprimidos, e na busca por romper as relações desiguais e dominantes da sociedade. A práxis tem papel fundamental na consolidação dessa EA pois se fundamenta na contínua transformação entre o pensar e fazer, que vai se flexibilizando e transformando as ações dominantes em práticas libertadoras e dialógicas.

Para fazer o diálogo entre a educação ambiental e a cultura de paz, trago a contribuição de Jares (2007), que trabalha



vários conceitos que podem ajudar a a problematizar a EA de um ponto de vista mais humano e solidário. O autor traz discussões como: 1) o conceito de paz, entendida como o oposto de violência, mas que não exclui o conflito como modo de consolidação de disputa; 2) o conceito de conflito, entendido como um processo natural e que auxilia no desenvolvimento pessoal, social e educativo, desde que trabalhado adequadamente; 3) o conceito de desenvolvimento humano, que foge da percepção de desenvolvimento somente sob a visão econômica e que vai abordar aspectos qualitativos para uma vida digna; e 4) o conceito de educação para a paz, que constitui-se pela construção de uma educação fundamentada em valores como justiça, cooperação e solidariedade que vão estimular o desenvolvimento do indivíduo perante a coletividade, reconhecendo a diferença como um fator positivo ao crescimento e a diversidade.

EA, Parques, Zoológicos e Educação para a Paz: Criando Ciclos

Os parques e zoológicos são excelentes locais para a promoção de práticas dialógicas pois eles integram aspectos ambientais, sociais, culturais e históricos, sendo muito ricos em todas essas esferas. Por isso, a integração destes com a educação ambiental e a cultura de paz são facilmente percebidos, quando evidenciamos a necessidade de uma relação mais ética entre nós, seres humanos, e nós e o nosso ambiente, jamais negando que somos parte e influenciados constantemente nossos arredores.

Podemos entender as áreas verdes urbanas (e nesse conceito incluem-se os parques e zoológicos) como locais de disputas, que ocorrem por diversas características que eles

possuem, como por exemplo: espaço para lazer, manutenção da qualidade de vida, importância socioambiental e valor paisagístico. Essas disputas vão interferir diretamente no uso e na ocupação das áreas verdes, como o crescimento de bairros de classe média nas redondezas ou — no caso inverso, ou seja, a falta de disputas — a ausência de recursos básicos como saneamento e saúde nos arredores.

É por isso que esses locais de disputa precisam ser apropriados pela coletividade, criando uma teia entre o que é e o que deve ser, para o fortalecimento de novas relações. A juventude pode fazer esse elo entre as áreas verdes e a reivindicação de espaços de lazer, cultura e arte, integrados com a natureza. Iniciativas como a de Novaes (2002) e Matos (2004), por exemplo, que trabalharam com a inserção da juventude nas questões ambientais de um ponto de vista do engajamento e da problematização, esclarecem-nos e permitem a transformação do papel do jovem na idealização de um novo paradigma, necessário para superar a crise socioambiental da atualidade.

Contudo, isso se contrapõe ao que Layrargues (2012) afirma de que a expansão quantitativa da educação ambiental na escola não é acompanhada por uma expansão qualitativa das intervenções desta no espaço escolar. O caso percebido por Nikokavouras e Matos (2011), em uma escola pública de Fortaleza-CE, demonstra como os projetos de educação ambiental ainda são idealizados e permanecem na esfera teórica, sem encontrar uma prática real nas vivências do cotidiano escolar, além de diversas outras dificuldades como a formação dos professores e o tempo para a realização desses projetos. É na superação dessas dificuldades que podemos encontrar uma nova maneira de dar significado as nossas ações.



Aqui citamos Silva e Figueiredo, que nos dizem:

A dialógica permite que a afetividade aflore na constituição da teia relacional, com a externalização dos afetos, da construção dos laços de confiança, de empatia, respeito mútuo. É na dimensão afetiva que encontramos motivação e estímulo para a ação e a comunicação, bem como se tem a ampliação da autoestima na práxis que proporciona o reconhecimento da capacidade de contribuir para a transformação de uma dada realidade. O sentimento de pertença a um grupo potencializa que se supere a passagem da individualidade para a coletividade, para o partilhar com o outro. (SILVA; FIGUEIREDO, 2011, p.125), grifo nosso).

Portanto, para construirmos essa relação de parceria entre os ambientes naturais urbanos, locais que precisam e devem ser reapropriados, podemos pensar na dimensão afetiva, que proporciona esse nosso despertar para a urgência da tomada de atitude individual e coletiva mas principalmente construtiva, para que possamos imaginar uma nova maneira de idealizar e praticar a educação ambiental, sem esquecer dos preceitos da cultura de paz, que em última instância prezam a harmonia entre a humanidade e seu entorno.

Referências

- ARAGÃO, M. J. *Civilização animal: a etologia numa perspectiva evolutiva e antropocêntrica*. Pelotas: USEB. 2006.
- ALMEIDA, L. F. R. *et al.* Educação ambiental em praças públicas: professores e alunos descobrindo o ambiente urbano. *Revista Ciência em Extensão*. v.1, n.1, p.91-100, 2004.
- BORDAS, M. A. G. ; MATOS, K.S.A.L. Cultura de paz e a importância da convivência na construção da educação ambiental.

In: Kelma Socorro Alves Lopes De Matos; José Levi Furtado Sampaio. (Org.). *Diálogos em educação ambiental*. Fortaleza: Edições UFC, 2012, v. 1, p.42-51.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 8. ed. 2ª reimpressão. 2009. 98P.(Coleção Repensando a Geografia).

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun.2001, p.43 a51.

CONWAY, W. Zoo conservation and ethical paradoxes. In: NORTON, B. et al. (Eds.). *Ethics on the Ark: zoos, animal welfare, and wildlife conservation*. Washington; London: Smithsonian Institution Press, 1995. p.1-9.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FIGUEIREDO, J.B.A. *Educação ambiental dialógica: as contribuições de Paulo Freire e da cultura sertaneja nordestina*. Fortaleza-CE: Ed. UFC, 2007. (Coleção Diálogos Intempestivos, 43).

FREIRE, A. M. A. O legado de Paulo Freire à educação ambiental. In: NOAL, F. O.; BARCELOS, V. H. L. *Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2003.

FREIRE, A. M. A. (Org.). *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: UNESP, 2005.

FURTADO, M. H.B.C.; BRANCO, J. O. A percepção dos visitantes dos zoológicos de Santa Catarina sobre a temática ambiental.. In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO



AMBIENTAL. 2, Itajaí. *Anais...* Universidade do Vale do Itajaí, 2003. v. 1. p.1-7.

GOMES, M. A. S. ; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: Considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 1, n. 1, p.19-29, jun. 2003.

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. *Educação ambiental: no consenso um embate?* Campinas: Papirus, 2000.

JARES, X. R. *Educar para a paz em tempos difíceis*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007.

LAYRARGUES, P.P. Educação Ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos da Rio 92 à Rio+20. *ComCiência* (UNICAMP), v. 135, p.135, 2012.

LIMA, A.; ROCHA, N. Dinâmica dos parques urbanos de Fortaleza-CE: Considerações Sobre o Parque Rio Branco. *Conexões: ciência e tecnologia*, América do Norte, 3 1 10 2009.

MAGALHÃES, L. E. *A questão ambiental*, TERRAGRAPH, São Paulo, 1994.

MATOS, K. S. L. Juventude nos Jornais: a educação ambiental em foco. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Org.). *Educação ambiental em tempos de semear*. Fortaleza: UFC, 2004. p.19-31.

MORRIS, D. *O contrato animal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

NIKOKAVOURAS, E. A. Q. ; MATOS, K. S. A. L. Afinal, a Educação Ambiental Chegou às Escolas?. In: MATOS, Kelma So-

corro Alves Lopes de. (Org.). *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. 1 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011, v. III. p.19-28.

NOVAES, R. C. R. Os jovens e o meio ambiente. In: FELDMANN, Fábio; CRESPO, Samyra; Drummond, José Augusto. (Org.). *Rio+10 Brasil: uma década de transformações*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro do Mudanças Climáticas — Ministério do Meio Ambiente, 2002. p.56-63.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental?* 2. ed. Rev e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SATO, M. *Educação ambiental*. São Carlos-SP: Editora Rima, 2004.

SILVA, Maria Eleni Henrique da ; FIGUEIREDO, J. B. A. . Formação do Educador(a) Ambiental numa Perspectiva Eco-Relacional. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de. (Org.). *Educação Ambiental e Sustentabilidade III*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. v. 1, p.114-134.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M. & CARVALHO, I. (Org.) *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.